

EPISTEMOLOGIA E GNOSEOLOGIA DE INTELIGÊNCIA

Henrique Geaquinto Herkenhoff*

Rogério Bubach**

Resumo

Analisa aspectos relacionados com as teorias do conhecimento (epistemologia) e do aprendizado (gnoseologia), em seus contextos geral e particular, ao passar pelas considerações e abordagens dos pensadores antigos, principalmente, Sócrates, Platão e Aristóteles, com o propósito de ampliar o entendimento da natureza, das fontes, dos fundamentos, da validade e dos limites daquilo que se pode conhecer, e os incorpora ao escopo de atuação dos profissionais de Inteligência, principalmente para os envolvidos nas atividades inerentes à função de análise. Questiona a reivindicação do conceito de “ciência” por diversos ramos do conhecimento e discute a possibilidade da existência de uma “metodologia científica” ou da natureza “científica” de ramos do conhecimento que não se concentram sobre a natureza, especificamente sobre a função e a importância do conhecimento de Inteligência, bem como o “ciclo” ou o caminho para a produção e as fontes admissíveis, que, desde a modernidade, inclinam-se quase exclusivamente para o conhecimento que possa ser obtido pelo método cartesiano. Relaciona e incorpora, ao processo de produção de conhecimento empregado na atividade de Inteligência, os elementos da epistemologia e da gnoseologia, e propõe uma abordagem mais ampla e inclusiva das características do senso comum, do pensamento tradicional e mesmo do sensitivo à produção de conhecimento da Inteligência, de forma a se apropriar de todas as formas possíveis de interação com a verdade, ou seja, com a melhor informação que se possa obter no tempo e com os recursos disponíveis.

Palavras-chaves: epistemologia, gnoseologia, atividade de Inteligência.

INTELLIGENCE EPISTEMOLOGY AND GNOSEOLOGY

Abstract

It analyzes aspects related to the theories of knowledge (epistemology) and learning (gnosiology), in their contexts, general and particular, passing through the considerations and approaches of the ancient thinkers, mainly Socrates, Plato and Aristotle, with the purpose of broadening the understanding of nature, sources and fundamentals, validity and limits of what can be known, incorporating them into the scope of actuation of intelligence professionals, especially for those involved in the activities inherent to the function of analysis. It questions the claim of the concept of “science” by several branches of knowledge and discusses the possibility of the existence of a “scientific methodology”

* Pós-Doutorando em Gestão Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) – 2020. Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo (USP) – 2011. Especialização (pós-graduação lato sensu) em Direito do Estado. Especialização (pós-graduação lato sensu) em Direito Penal e Processual Penal. Graduação em Direito pela UFES – 1991. Professor da Universidade Vila Velha, na graduação em Direito e no Mestrado Profissional em Segurança Pública. Tem experiência na área de Direito e de Administração Pública, havendo atuado como professor de graduação e pós-graduação lato sensu em Direito, procurador de diversos órgãos públicos, membro do Ministério Público Federal em 1ª e 2ª Instância, Desembargador Federal do TRF3 e Secretário de Estado da Segurança Pública do Espírito Santo.

** Mestre em Segurança Pública pela Universidade Vila Velha (UVV). Especialista em Segurança Pública pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Bacharel em Direito pela UVV. Formação de Oficiais pela Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (PMES).

or the “scientific” nature of branches of knowledge that do not focus on nature, specifically about nature, function and importance of knowledge of Intelligence, as well as the “cycle” or path to the production and the admissible sources, which, since its modernity leans, almost exclusively to the knowledge that can be obtained by the Cartesian method. It relates and incorporates the elements of epistemology and gnosiology into the knowledge production process employed in the activity of Intelligence, proposing a broader and more inclusive approach to the characteristics of common sense, traditional thinking and even the sensitive the production of knowledge of the Intelligence, in order to appropriate all possible forms of interaction with the truth, that is, with the best information that can be obtained with in the time and resources available.

Keywords: *epistemology, gnosiology, intelligence activity.*

EPISTEMOLOGÍA Y GNOSIOLOGÍA DE INTELIGENCIA

Resumen

Analiza aspectos relacionados con las teorías del conocimiento (epistemología) y el aprendizaje (gnoseología), en sus contextos, generales y particulares, ante las consideraciones y planteamientos de pensadores antiguos, principalmente Sócrates, Platón y Aristóteles, con el fin de ampliar la comprensión de la naturaleza, fuentes y fundamentos, vigencia y límites de lo que se puede conocer, incorporándolos en el alcance de actuación de los profesionales de Inteligencia, especialmente para aquellos involucrados en las actividades inherentes a la función de análisis. Cuestiona la afirmación del concepto de “ciencia” por diferentes ramas del conocimiento y discute la posibilidad de la existencia de una “metodología científica” o la naturaleza “científica” de las ramas del conocimiento que no se centran en la naturaleza, específicamente en la función e importancia del conocimiento de la Inteligencia, así como el “ciclo” o camino de la producción y las fuentes admisibles, que, desde la modernidad, se han inclinado casi exclusivamente al conocimiento que se puede obtener por el método cartesiano. Relaciona e incorpora los elementos de la epistemología y la gnoseología al proceso de producción de conocimientos empleado en la actividad de Inteligencia, proponiendo un enfoque más amplio e inclusivo de las características del sentido común, el pensamiento tradicional y el sensitivo a la producción de conocimientos de Inteligencia, a fin de apropiarse de todas las formas posibles de interacción con la verdad, es decir, con la mejor información que pueda obtenerse en el tiempo y los recursos disponibles.

Palabras clave: *epistemología, gnoseología, actividad de inteligencia.*

INTRODUÇÃO

Toda instituição ou profissional do conhecimento, seja ele integrante de um serviço de Inteligência, cientista ou professor, e mesmo qualquer um que exerce uma profissão que dependa de um saber específico, não deveria ocupar-se apenas de *aprender*, mas também cuidar seriamente de compreender a natureza, as fontes, os fundamentos, a validade e os limites daquilo que se pode conhecer (BRUCE, 2014), o que não deve ser confundido com uma insuficiência temporária do conhecimento atual (FREIRE-MAIA, 1990, p. 166 et seq.). Percebe-se esse esforço por parte da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em pelo menos dois artigos publicados nesta mesma revista, um de autoria de Guilherme Augusto Rosito (2006, p. 23-28) e outro, especialmente, de Josemária da Silva Patrício (2011, p. 47-53). Este último, ao afirmar que a Abin considerou a Teoria do Conhecimento pela descrição fenomenológica como a mais adequada ao objetivo a que se propõe, que é prover os fundamentos teóricos para a produção de conhecimento, ressalva, contudo, que seu conteúdo reflete o estado da arte na instituição, não o pensamento do próprio autor.

Como veremos a seguir, ao menos para o objetivo deste artigo, que é contribuir para o trabalho de analistas e problematizar sobre os fundamentos dos conteúdos produzidos pela Inteligência, não se faz necessário mergulhar profundamente sobre os inúmeros e polêmicos problemas suscitados pelas teorias do conhecimento (epistemologia) e do

aprendizado (gnoseologia). Contudo, ao menos superficialmente, será importante estabelecer os pressupostos filosóficos de nossa proposição, visto que, na visão kantiana, “*a filosofia consiste exatamente em determinar os limites de todo conhecimento e por outra parte em fornecer uma teoria do conhecimento científico*” (PIAGET, 1978, p. 71; no mesmo sentido: FICHTE, 1980, p. 21).

Muito embora quase todos os pensadores tenham se debruçado sobre o problema do que pode ou não ser conhecido, como e para quê, foi no Renascimento que isto se tornou o objeto principal da filosofia (MORA, 2001, tomo 1, p. 539). Lastimavelmente, na maioria dos casos, trata-se de construções teóricas feitas por filósofos sem a prática da investigação científica ou de cientistas sem muita familiaridade com o manejo do raciocínio puramente abstrato. De outro modo, a reivindicação da denominação de “ciência”, especificamente por questões de prestígio, por ramos do conhecimento que não se atentam às fontes empíricas (como se isso alterasse a importância ou a validade de seus estudos) tem contribuído para a confusão conceitual e o desafio sobre o que a Atividade de Inteligência deve utilizar como fundamento.

Questão recorrente, nesse processo, é se existe a possibilidade de realmente conhecer algo além do que nos trazem nossos sentidos. De fato, nossos olhos funcionam como sensores de energia eletromagnética, que captam emissões em determinado espectro, enviam esse estímulo ao cérebro, do qual uma parte o “processa” e transforma em “informação”. Portanto, não conhecemos o objeto em si,

mas aquilo que nosso consciente percebe como sua imagem.

Outro aspecto frequente, apesar de perfeitamente irrelevante, é discutir quaisquer das teorias que tentam negar o conhecimento, e isso por duas razões. A primeira é o nível concreto de avanço tecnológico obtido pela humanidade, que, em menor ou maior parte, tem demonstrado nossa capacidade de evolução. A segunda é que a possibilidade de produzir conhecimento é pressuposto essencial da existência de órgãos de Inteligência: se não penso, não existo. Contudo, para que possamos alcançar nossa pretensão, merecem ser consideradas algumas discussões trazidas pelo pós-modernismo, especialmente no que diz respeito à complexidade dos fenômenos, já que especialmente o método cartesiano, com seu ceticismo metodológico, pode ser criticado por sua tendência ao vício da simplificação exagerada e sua crença na certeza absoluta, possível apenas no campo da abstração.

EPISTEMOLOGIA E GNOSEOLOGIA GERAIS E PARTICULARES

Será mais fácil explicar as dificuldades teóricas da obtenção e da validação do conhecimento, a começar por Platão (427-347 a.C.)¹, embora este tenha sido discípulo de Sócrates (469-399 a.C.), e tenha se tornado um pensador independente dele. A partir de Protágoras (“o Homem é a medida de todas as coisas”: FEARN, 2004, p. 17) e Heráclito, Platão sustentava que

tudo no mundo fenomênico ou material é transitório e, portanto, já não estará mais ali quando percebido e estudado, de sorte que as ciências naturais não poderiam sequer existir; as coisas e os acontecimentos tangíveis não podiam ser objeto de um conhecimento (MORA, 2001, tomo 2, p. 821) universalizável: haveria tantas verdades/opiniões (*doxa*) quantos fossem os que tentassem obter conhecimento por esta forma. Destarte, o conhecimento (*episteme*: diferenciar verdade vs. erro) sobre o mundo sensível (percebido pela sensibilidade, não pela observação metódica) somente poderia ser estável e apreensível por meio de uma operação que se denomina *contemplação* (MORA, 2001, tomo 3, p. 2285) ou “experiência interna” (MORA, 2001, tomo 2, p. 822): embora parta de uma observação superficial e momentânea da realidade externa, o agente de conhecimento se embrenharia em meditações sobre a essência deste mundo, de condição estável, porque é existente e recriado em nosso interior.

Vivendo no século IV a.C., Aristóteles (384-322 a.C.) sustentou, depois e ao contrário de Platão, que seria perfeitamente possível conhecer não a essência das coisas, mas o mundo fenomênico, por meio da observação metódica e do uso de indução ou dedução. O objeto de observação não seria a coisa em si mesma, mas as mudanças em seu estado — o fenômeno — e, a partir delas, poderíamos inferir como essas coisas são, funcionam e interagem. Aristóteles fazia distinção entre conhecimento sensível, conhecimento técnico e sabedoria. O primeiro,

1 Há controvérsias quanto à data em que Platão nasceu e morreu.

que muitos atualmente, de maneira equivocada, denominam “empírico” seria decorrente do simples contato com os fenômenos naturais, sem elaboração intelectual, aprofundamento e, muito menos, construção de uma explicação coerente universalizável. O segundo, a capacidade de atingir determinados objetivos a partir dos fatos, ainda que sem os compreender perfeitamente, e de influenciar os fenômenos naturais em uma direção desejada, como a fabricação de uma ferramenta; esse conhecimento podia ser *ensinado*, isto é, quem dominava uma técnica podia mostrar à outra pessoa como obter os mesmos resultados, muito embora nenhum dos dois necessariamente soubesse *porque* dava certo. E, finalmente, a “sabedoria” (*sofia*), o conhecimento propriamente dito, obtido a partir da observação sistemática ou metódica dos fenômenos naturais, aos quais se agrega uma elaboração teórica que lhes conferiria uma relação de causa e efeito, uma lógica ou previsibilidade, e sobre os quais pode-se afirmar que se repetiriam sempre que as mesmas condições fossem reunidas, o que confirma ser verdadeira e universal uma afirmativa (ou falsa, se a nova experiência tivesse outro resultado).

Não se pode desconsiderar, contudo, sem grande aprofundamento, que, por trás dessa discussão, também havia uma questão ideológica e religiosa, pois se entendia em geral que a filosofia natural (que hoje chamaríamos de ciências duras) constituiria uma intromissão indevida em um campo reservado aos deuses e sujeitaria o infrator à pena de morte por impiedade, como, não por acaso,

ocorreu com Sócrates (PLATÃO, 2009, *passim.*; MORA, 2001, tomo 4, p. 2724). De outra parte, a extrema limitação dos recursos e instrumentos de observação que hoje chamaríamos de pesquisa científica, comparada à vastidão dos conhecimentos que poderiam ser obtidos pelo método platônico, assegurou que este preponderasse larga e sistematicamente não apenas nas áreas preferencialmente estudadas desde a antiguidade até o século XIX (matemática, lógica, retórica, teologia, direito, astronomia etc.), que, em geral, eram, mesmo, o campo do conhecimento platônico, mas também em ciências “naturais”, especialmente a medicina, na qual, por exemplo, não apenas foi favorecido o surgimento da fantasiosa *teoria dos humores*, como se assegurou sua prevalência até muito recentemente.

A pretexto de criticar o método aristotélico, pensadores como Francis Bacon (MORA, 2001, tomo 2, p. 821) pouco mais fizeram do que aperfeiçoá-lo e modernizá-lo, ao pregarem que a observação sistemática deveria ser intencional (experiência), o que geraria, portanto, o conhecimento empírico propriamente dito, isto é, resultante da observação repetida de um fenômeno, até nos certificarmos de que ele realmente decorria das causas supostas, e não de uma coincidência ou de outras concausas. A esta observação deveriam ser acrescentadas as operações mentais de *análise* e *síntese*, não no sentido em que hoje são vulgarmente empregadas, mas, sim, em sentido estrito: análise é a decomposição do fenômeno em todas as partes possíveis, de maneira, por exemplo, a constatar a influência do atrito, da gravidade, da

rotação da Terra, do vento ou da resistência do ar sobre a trajetória de uma flecha; e, na síntese, essas partes seriam novamente juntadas (já que o fenômeno real não ocorre sem potenciais interferências, embora seja possível reduzi-las isolando-as materialmente). E, corretamente, os pensadores dessa época sustentaram que apenas o raciocínio indutivo tem validade científica (PENNA, 1986, p. 37), já que dele se extraem verdades universais (posto que *provisórias*), o que não implica a inutilidade do pensamento dedutivo para outras finalidades. Com efeito, o conhecimento científico seria inútil se não permitisse prever os acontecimentos e dirigi-los segundo conveniente; mesmo as ciências puras devem aspirar a alguma aplicação prática, ainda que em um futuro incerto, ou a atividade do pesquisador seria um exercício vão (BRONOWSKI, 1977, p. 74). De outra forma, o conhecimento técnico socrático, por dispensar a elaboração intelectual, só de tempos em tempos permitiria algum avanço ou acréscimo e, mesmo assim, apenas por acaso, não por uma busca sistemática do saber.

Enquanto isso, a despeito de sua importância na epistemologia, René Descartes (1596-1650) desenvolveu um método puramente lógico, muito adequado à matemática, mas desastroso nas ciências naturais, nas quais errava sistematicamente, justamente por se recusar ao empirismo (LENTIN, 1997, p. 98 *et seq.*) e também por perseguir certezas definitivas em campos nos quais elas são necessariamente transitórias.

Veja-se, entretanto, que, mesmo em

Aristóteles, não se nega a possibilidade do conhecimento sensível, em oposição ao conhecimento “racional”: apenas eles correriam em raias separadas, seriam mais adequados a ramos distintos do saber humano.

De toda sorte, embora a reformulação da epistemologia e do “método” científico já estivesse maduramente desenvolvida no século XVII em Bacon, o ainda incipiente desenvolvimento de aparelhos de observação mais acurada manteve o conhecimento de base platônica no topo das atividades intelectuais, seja em qualidade, seja em prestígio social, até o século XIX, que é o ponto da transição (LUZ, 2004, p. 41). Quando se lembra que alguns astrônomos foram alvo da Inquisição por questionarem o geocentrismo, é fácil perceber que os portadores do conhecimento platônico estavam em posição de muito maior prestígio e poder político ou econômico que os aventureiros discípulos de Aristóteles e Bacon.

No fim do século XIX e no início do século XX, a revolução industrial e o acelerado desenvolvimento das ciências naturais impressionariam o mais alheio cidadão. Todos sonhavam com a glória dos descobrimentos científicos, e mesmo aqueles que se dedicavam a estudos cujo objeto não fosse a natureza passaram a reclamar para si a qualidade de “cientistas” (COMTE, 1976, *passim.*), ao utilizar, inclusive, terminologias tais como as “ciências” sociais (MORA, 2001, tomo 1, p. 542; HEGENBERG, 1968, p. 210-222).

Para prosseguir, é preciso admitir algo muito óbvio, mas frequentemente omitido: há *saberes* distintos sobre todos os aspectos que interessam à humanidade, uns não são mais importantes ou mais válidos que outros, e todos devem ser obtidos e validados por meio de processos pertinentes a cada um desses aspectos e só a um deles, no contexto do que já foi incorporado pela capacidade humana. Cada saber tem epistemologia e gnoseologia próprias, específicas, sem prejuízo da possibilidade de uma epistemologia “geral”. O terremoto de Chicago em 1906, por exemplo, pode ser estudado por um sismólogo, um historiador, um economista etc., cada qual com seu próprio método e seu próprio produto; cada produto terá suas próprias utilidades e limitações e seus próprios mecanismos de validação ou contestação.

A matemática, ou pelo menos aquela matemática pura dos gregos, que nos é trazida até o ensino médio, trabalha com abstrações. Em outras palavras, Pitágoras não se ocupava de objetos concretos triangulares, mas de um triângulo perfeito, existente somente em sua imaginação, com apenas duas dimensões, ao passo que todo objeto real tem três. O teorema de Pitágoras surgiu e se validou por um único mecanismo: a *demonstração*, que se baseia na ideia de *necessidade* (aquela afirmativa é necessariamente verdadeira para qualquer triângulo), e é absoluto ou eterno, isto é, não admite, nem mesmo em tese, que se venha no futuro a provar que estivesse equivocado. Há, contudo, uma limitação dessa matemática puramente abstrata: é impossível realizar perfeitamente a

hipostasiação, isto é, a operação oposta à abstração. Não existem, no mundo real, objetos bidimensionais (triângulo, círculo, quadrado), unidimensionais (reta) ou sem dimensão (ponto). Nenhum objeto é, tampouco, *perfeitamente circular*, isto é, não há um anel, por melhor que seja o ourives, cujos pontos estejam rigorosamente à mesma distância do centro.

Já quando se deseja estudar os fenômenos “naturais” sob seu aspecto concreto, não é possível recorrer à confortável ferramenta da abstração. Só pode, com propriedade, ser considerado científico o conhecimento estritamente empírico, descritivo e universal, isto é, uma afirmação que possa ser sempre e indiscriminadamente considerada verdadeira, por simplesmente descrever um fenômeno exaustivamente observado a ponto de se poder afirmar que ele inevitavelmente se repetirá em dadas condições, sem emitir nenhum juízo de valor (MORIN; LE MOIGNE, 2000, p. 27) e sem admitir qualquer tipo de dúvida ou outra explicação paralela. O fenômeno a ser observado pode ocorrer espontaneamente ou ser provocado (experimento); neste último caso, sempre que possível, tenta-se isolar o objeto de estudo de qualquer influência externa. Por isso, tampouco existe “metodologia científica”, já que o método científico é único: pode haver diferentes técnicas experimentais, mas não métodos ou caminhos diferentes de buscar a verdade, o que é uma operação estritamente lógica e passa sempre pela mesma trilha (HEGENBERG, 1968, p. 17; ALVES, 1990, p. 145), que parte da observação reiterada de um fenômeno para a afirmação

de uma regra de verdade universal, a todo tempo verificável por quem quer que dela duvide (falseabilidade), e observa a natureza pelo mesmo experimento original ou por um diferente (POPPER, 2013a, p. 37 *et seq.*).

Esta operação, que, com muita impropriedade, os defensores da burocracia científica chamam de “análise” de dados de uma pesquisa ou entrevista, na verdade, seria a síntese, isto é, a afirmação das conclusões que se pode extrair da observação e da análise propriamente dita, e é claramente impossível nas pretensas “ciências humanas”, por, pelo menos, dois motivos: em primeiro lugar, porque esses ramos do conhecimento trazem necessariamente uma tábua axiológica, fazem um juízo de valor sobre os fatos observados, não se limitam a descrevê-los; em segundo, porque não há o pressuposto de que a afirmação será sempre necessariamente verdadeira, de que o fenômeno sempre se repetirá incessantemente. Por exemplo, não se pode extrair qualquer regra geral afirmativa a partir de uma pesquisa qualitativa; mesmo de uma pesquisa quantitativa poder-se-ia, no máximo, extrair uma *probabilidade*, não uma certeza. Como se não bastasse, a ação de estudar um objeto, nessas áreas, necessariamente afeta o próprio objeto estudado, como também o estudioso: o autor do conhecimento não consegue sequer isolar a si mesmo do objeto

epistemológico durante sua abordagem e contamina o resultado obtido², além de estar ele mesmo intelectualmente inserido entre os sujeitos, ao passo que o autor do conhecimento científico é necessária e naturalmente neutro, e não é, inclusive, humano, pela razão simples de que ele é um *observador abstrato*, motivo pelo qual qualquer texto que se pretenda ser científico tem sempre e apenas linguagem impessoal, mesmo que eventualmente seja obrigado a se referir à pessoa do autor do estudo (em sentido contrário: RUDNER, 1976, *passim.*)

Por exemplo, há pouca discussão a respeito do fato de que, no dia 22 de abril de 1500, alguém na frota de Pedro Álvares Cabral avistou uma ilha próxima ao litoral do que hoje chamamos Brasil. Todavia, se isto realmente foi o “descobrimto do Brasil” ou o início de uma invasão portuguesa depende inteiramente do ponto de vista dos portugueses, dos aborígenes (que ainda foram apelidados de “índios”), dos franceses, dos ingleses ou dos holandeses etc. Mesmo assim, sabemos que as tribos locais viviam em guerra entre si, de maneira que algumas se aliaram aos portugueses, outras aos franceses ou aos holandeses, enfim, a outros “invasores”. Na verdade, não há dois portugueses ou dois autóctones que, no século XV, tivessem a mesma opinião sobre os acontecimentos, porque ela dependia da visão pessoal de mundo, das experiências e

2 É bem verdade que, ao menos no estágio atual, o estudo do infinitamente pequeno, das partículas subatômicas, implica interferência no objeto estudado. A única maneira conhecida de experimentar e medir neste campo do conhecimento exige a colisão dessas partículas, e é impossível isolar ou sequer descontar essa influência. Esta, não é, contudo, uma condição necessária. Outrossim, a partícula muda seu comportamento em razão do choque, não por “perceber” modificações em seu entorno, mas por saber estar sendo estudada.

fases individuais de vida, das idiossincrasias do observador, do que lhe aconteceu individualmente nesse processo histórico. Há tantas opiniões sobre a conquista portuguesa quantos historiadores. Portanto, conforme nos afirma Kuhn (2013, p. 185), “o que deve ser o mundo para que o homem possa conhecê-lo?”; algumas correntes de pensamento até podem formar um quase-consenso entre estudiosos com visões próximas, tornar-se numericamente relevantes ou mesmo majoritárias, ganhar prestígio acadêmico ou ser adotadas pelo governo nos feriados oficiais e nos livros didáticos, mas isso não muda o fato de que coexistem — sem que uma possa invalidar a outra — milhões de “verdades” platônicas sobre o “descobrimento” do Brasil, enquanto os únicos *fatos* confirmados são o grito de “terra a vista!” e a celebração da primeira missa em terras tupiniquins. Quanto ao mais, “pão ou pães, é questão de opiniões” (ROSA, 1956, p. 13).

Já para o conhecimento “socrático”, existe uma única verdade, conhecível, mas não necessariamente conhecida, que figura muito mais como um objeto de constante procura — um santo graal — do que algo já conquistado: cada novo experimento, cada nova observação, que talvez fosse tecnologicamente impossível até ontem, pode fazer ruir as mais firmes estruturas científicas, tal como a Teoria da Relatividade fez com a física newtoniana. Esta última, contudo, permanece tão útil quanto antes de Einstein e continua sendo ensinada até mesmo nas faculdades de engenharia, pela simples razão de que é possível construir edifícios e pontes

muito sólidos com esse conhecimento, que permanece aplicável, embora se saiba que não corresponde estritamente aos fatos da natureza.

Em resumo, nem o estudioso platônico nem o aristotélico afirmam ter a verdade no bolso; a diferença é que o aristotélico busca uma verdade “definitiva”, absoluta, ainda que inalcançável na prática, ao passo que o platônico está apenas à procura de “sua” verdade, uma verdade necessariamente relativa. Não é que seja diminuído o valor do conhecimento contido em um ramo do saber em relação aos de outros: cuida-se apenas de entender a natureza e os limites inerentes ao conhecimento obtido, sua fonte e seu fundamento (ALEJANDRO, 1965, p. 36)

Tudo isto adquire uma enorme importância não apenas quando se discute a possibilidade da existência de uma “metodologia científica” ou o caráter “científico” de ramos do conhecimento que não se debruçam sobre a natureza: ela tem exatamente a mesma relevância quando se discute a natureza, a função e a importância do conhecimento de Inteligência, bem como o “ciclo” ou o caminho para sua produção e as fontes admissíveis, que, desde sua modernidade (não chegou à pós-modernidade, diga-se de passagem) se inclina quase exclusivamente para o conhecimento que possa ser obtido pelo método cartesiano, e revela, ademais, uma aversão à incerteza (típica do conhecimento platônico, mas também inevitável no socrático, visto que, mesmo neste, a certeza é apenas uma pretensão, não uma realidade).

Contudo, os esquemas epistemológicos que partem dos preceitos de Sócrates e de seus sucessores tendem a ser tomados como formas necessárias, como requisitos para a validade de uma afirmação, quando, na verdade, foram construídos apenas para efeitos didáticos, apenas para exemplificar como a mente humana pode funcionar na produção do conhecimento, sem excluir outras formas e, principalmente, outros ordenamentos entre as fases na obtenção de qualquer tipo de conhecimento. Estabelecer um ciclo estanque e imutável de produção do conhecimento é tão razoável quanto mandar alguém decorar as 10 leis da criatividade.

Note-se que não existe apenas uma diferença na fonte e no método entre o conhecimento platônico e o socrático, mas também de limitação e de fundamento, específicos para cada “verdade” conhecida. Se utilizarmos a ideia de Física como uma ciência “pura”, a única limitação ao conhecimento socrático é as próprias falibilidade e circunscrição do ser humano concreto, não de um sujeito abstrato do conhecimento, que tudo poderia saber, em tese; e seu único fundamento, em contrapartida, é a perfeita coincidência entre a verdade e o conhecimento afirmado (ZUBIRI, 2011, p. 207), de tal modo que Einstein teria deslocado a física newtoniana para fora da ciência. Contudo, ao se pensar na Engenharia como ciência aplicada, a limitação do conhecimento é determinada pela possibilidade de empregá-lo em algo útil, e é essa utilidade que justificaria o conhecimento, (POPPER, 2013b, p. 191 *et seq.*; DEMO, 2000, p. 60-71) razão pela qual engenheiros estudam

as leis de Newton, com as quais é possível construir uma ponte sólida, e não a Teoria da Relatividade, que somente tem aplicação prática quando lidamos com grandezas galácticas.

Surge a pergunta: podem ser objeto de conhecimento a literatura, a filosofia, a sociologia e a história? E da Teologia? Claro que sim (ALEJANDRO, 1965, p. 36), desde que se reconheça que tais ramos do conhecimento sequer *tentam* alcançar um saber universal e absoluto, mas apenas são admitidos como verdadeiros enquanto não forem falseados. Desde que se aceite que esse conhecimento não tem origem empírica, não provém da experiência externa, mas da introspecção (VICENTINI, 1999, p. 25), e não se fundamenta na coincidência entre a afirmação e a “verdade”, mas na valoração subjetiva de um sujeito conhecedor concreto (VICENTINI, 1999, p. 27), o que permite a coexistência de teorias que se excluam (HEGENBERG, 1968, p. 22-23) no campo da lógica (abstrato), mas não na natureza (concreto). Também devem ser considerados aqueles métodos que, embora não pretendam chegar a verdades definitivas, contribuem como suporte e subsídio à produção de conhecimento; como no caso da pesquisa documental (por exemplo, na História), da estatística e de outras abordagens quantitativas. Essas ferramentas, em suas possibilidades, tentam prover um substrato empírico às conclusões do pesquisador, apesar de suas limitações. Percebe-se que, quando se trata de objeto de conhecimento, não há o definitivo ou, se há, não é o essencial, pois cada segmento tem sua contribuição.

EPISTEMOLOGIA E GNOSEOLOGIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA

Poderíamos, então, discutir uma gnoseologia para o conhecimento de inteligência, e será mais fácil começar pelo final. A informação nada mais é que a redução da incerteza, ou seja, do número de respostas possivelmente verdadeiras para uma determinada pergunta (EPSTEIN, 2003, p. 35). Note-se que ainda são necessárias metainformações: que outras respostas possíveis restarão, bem como qual será a probabilidade de cada uma ser a correta. A função dos serviços de Inteligência é pura e simplesmente reduzir, o quanto possível, a incerteza dentro da qual deverá ser tomada uma decisão. Veja-se que o grau de incerteza aceitável varia conforme a natureza, a urgência e a necessidade da decisão e, portanto, o fundamento de validação do conhecimento de inteligência é sua *utilidade*, decorrente de uma combinação otimizada da objetividade (precisão) e da oportunidade (tempestividade): feito é melhor que perfeito.

De outra parte, a inteligência lança mão de todo e qualquer conhecimento disponível, e interessa-se por todos os assuntos e objetos de estudo, sob todos os aspectos ou pontos de vista. Tomemos, por exemplo, que se ponha a necessidade de avaliar as relações entre o Brasil e o Paraguai, uma vez que o Tratado de Itaipu, relativo à Usina Hidrelétrica homônima, precisará ser renegociado em 2023. Embora tenha ocorrido há décadas, a última guerra do Prata deixou feridas e cicatrizes no povo

paraguaio, por mais que os brasileiros tenham praticamente esquecido este fato. Mesmo que fosse possível levantar exatamente quantos foram os mortos e mutilados de cada lado envolvido nesse episódio, seu sexo e sua idade, esses *fatos* não responderiam à principal pergunta que restou em aberto: teria o Brasil praticado um genocídio contra o Paraguai, ou teria Solano Lopez conduzido seu povo a um suicídio coletivo vão e perfeitamente evitável com sua simples renúncia? Cada historiador terá agora sua *opinião* (que chamará de “análise”), mas isso ainda é pouco útil. A atitude média dos paraguaios em relação ao Brasil será parcialmente determinada pelo que cada cidadão pensa sobre seu antigo caudilho, e influenciado pelo que lhe foi ensinado nas aulas de história nacional e nas narrativas oficiais, que, aliás, modificaram-se radicalmente. Já a postura dos governantes paraguaios será, nesse particular, em parte determinada pelo que cada um deles formou como seu próprio juízo, mas também pelo que imaginam ser a opinião pública, a que sempre querem agradar. Portanto, se receber essa encomenda, a Abin deverá lançar mão das historiografias brasileira e paraguaia, da sociologia e da “ciência” política, da psicologia, de pesquisas de opinião locais etc., compreender que cada uma terá sua epistemologia e sua gnoseologia específica, e condicionar a Inteligência ao ecletismo.

Por ser estritamente *utilitarista, polímata e eclético*, o conhecimento de inteligência não tem apego algum a qualquer corrente epistemológica ou gnoseológica específica, muito embora seja útil, na prática,

desenvolver amplamente, em suas agências, o estudo desse capítulo da Filosofia. Desde que uma decisão acertada não tenha sido fruto de pura sorte, desde que o conhecimento oferecido ao decisor tenha efetivamente aumentado a probabilidade de acerto e/ou permitido avaliar se essa probabilidade já era suficiente para fazer a escolha, a Inteligência terá cumprido seu papel essencial de assessoramento. Aliás, saltam à vista as possibilidades de uso de qualquer tipo de conhecimento, mesmo que não admitido como científico e ainda em fase de testes, como um equipamento tecnológico.

A maior parte do conhecimento de Inteligência apresentado aos formuladores de políticas não provém das ciências da natureza, pois tem base platônica, e a retrospectiva é pouco mais segura do que a prospectiva. Na verdade, nem tudo que não está no consciente é necessariamente irracional e, por esse motivo, não devemos desvalorizar as fontes “irracionais”, principalmente, quando possam ser confirmadas por outras fontes mais “tradicionais” ou, simplesmente, não seja mais possível adiar a decisão. Veja-se, a título de exemplo, que os saberes tradicionais são reconhecidos como patrimônio inclusive econômico a ser protegido por meio da atividade de Inteligência (CRUZ, 2012), mas não necessariamente são admitidos como conhecimento que possa ser *utilizado* pela Inteligência. Ao menos, esses saberes não se encaixam na atitude fenomenológica (PATRÍCIO, 2009; ROSITO, 2006) e

muito menos no método cartesiano.

De fato, René Descartes propôs que todo conhecimento deveria partir do mais simples para o mais complexo, que se dividisse cada problema em tantas partes quantas fossem possíveis e que nenhuma afirmativa fosse aceita antes de evidenciada (DESCARTES, 1972, p. 27), o que implicava ser indispensável a estrita racionalidade de qualquer postulado. Contudo, o método cartesiano, inteiramente inspirado na matemática (DESCARTES, 1972, p. 29), duvida daquilo que lhe trazem os sentidos, rejeita a experimentação e segue a tradição platônica da busca do conhecimento exclusivamente por meio da contemplação (DESCARTES, 1972, p. 79), além de propor uma certeza absoluta. Não é, portanto, aplicável às ciências naturais (LENTIN, 1997, p. 98 *et seq.*) e muito menos poderia resumir as possibilidades de conhecimento humano. Na verdade, Descartes não é aplicável senão à matemática pura, à física teórica e a outros ramos do conhecimento fundados na abstração.

A MELHOR VERDADE

Diante da pretensão de contribuir com a problematização sobre a natureza, as fontes e os fundamentos, bem como sobre a validade e os limites daquilo que pode ser conhecido e utilizado como suporte para a Atividade de Inteligência, lembramos que esta não é um fim em si mesmo (MARTIN, 2002, p. 39) e, sob outra perspectiva, ao contrário do conhecimento científico, o produto de inteligência é *perecível* (LAMAS, in VELASCO, NAVARRO e

ARCOS, 2008, p. 131). Em um serviço de Inteligência, o que realmente se busca não é exatamente a *verdade*, mas a melhor informação que se possa obter no tempo e com os recursos disponíveis, se possível antes que o adversário a tenha ou saiba que a temos, e ao enfrentar a complexidade inevitável (HOLT, 1994, p. 89; LOWENTHAL, 2015, p. 174 *et seq.*; MORIN; LE MOIGNE, 2000, *passim.*), acompanhada de uma avaliação quanto à probabilidade de corresponder aos fatos. “*Não existe certeza absoluta, mas existe segurança suficiente para os propósitos da vida humana*” (MILL, 1991, p. 62).

Quando se deve decidir no campo do acaso e da incerteza, e três quartos das informações estão escondidas pelas brumas da guerra, além de estarem em constante alteração (CLAUSEWITZ, 2005, p. 44-64), tudo de que se precisa é reduzir essa incerteza (BRONOWSKI, 1977, p. 77-78; VICENTE, in VELASCO, NAVARRO e ARCOS, 2008, p. 118), em um cenário que somente se agrava se a resposta a supostas falhas de inteligência forem enfrentadas mediante enrijecimento das estruturas e procedimentos. (BERKOWITZ; GOODMAN, 2000; SANCHEZ, in VELASCO, NAVARRO e ARCOS, 2008, p. 94).

Poder-se-ia objetar que a urgência e a precibilidade do conhecimento seria, quando muito, aplicável às demandas de Inteligência corrente e, principalmente, na gestão de crises, não às de longo prazo, o que não é verdade: ainda que se mantenha um acompanhamento permanente e com horizontes de 50 anos sobre determinado

tema, a informação disponível *neste momento* pode ser requerida para decisões que devem ser tomadas imediatamente, porém com olhos no futuro. Tal como no mercado de ações, “precifica-se” *hoje* todas as previsões e expectativas relevantes, e sempre leva vantagem aquele investidor que não apenas tem as informações antecipadas e melhores, mas também o que primeiro tem a possibilidade de distinguir confiavelmente o quanto delas é verdade ou simples boato. Ao contrário do que ocorre na Medicina, saber com segurança aquilo que os outros já sabem não tem o menor sentido na Bolsa de Valores. Ou, como se diz por lá, “compre no boato, venda no fato”. Outrossim,

nós não podemos saber *a priori* quais observações são relevantes e quais não são; cada descoberta, cada acréscimo ao entendimento começa com pressupostos imaginativos do que pode ser a verdade. [...] Assim, a ocupação do dia-a-dia na ciência consiste não na captação dos fatos, mas no testar hipóteses [...] (MEDAWAR, 1982, p. 84-85).

Afinal, saber a capacidade militar de um potencial inimigo é muito mais fácil que antecipar sua real intenção de entrar em conflito (TURNER, 2005, p. 106), porém menos útil, até porque não há recursos suficientes para nos defendermos de todos os fantasmas que assombram nosso futuro, nem seria saudável viver em permanente e coletiva paranoia.

Nesse sentido, ampliar as possibilidades para a Inteligência é fundamental, de

forma a aproveitar todo e qualquer recurso para a produção de conhecimento. A indevida exclusão do conhecimento de base platônica — ou sua inclusão sob a equivocada suposição de que se trata de um conhecimento socrático — leva, em seguida, a um completo desprezo pelo senso comum, pelos saberes tradicionais e pelas informações que chamaríamos de “intuitivas”. No entanto, o *coup d'oeil* sempre foi valorizado por gênios estrategistas como Napoleão e Von Clausewitz, Follard e Liddel Hart (CLAUSEWITZ, 2005, p. 45): um decisor realmente bom jamais despreza as “opiniões” e “intuições”, sejam suas, sejam dos membros de seu serviço de Inteligência (CLARET, 1997)³. Por outro lado, clamar veracidade científica não significa que se a

tenha: melhor seria reconhecer a verdadeira natureza, a verdadeira base epistemológica e os verdadeiros limites de credibilidade de uma determinada afirmação, bem como sua utilidade independentemente da perfeita veracidade.

O caminho percorrido pelos profissionais de Inteligência até a informação (metainformação) pode ser tão importante quanto a informação em si (HOLT, 1994, p. 89). A realidade ou, melhor dizendo, a informação é apenas o caos estruturado (DEMO, 2000, p. 14).

3 Este tema é melhor explorado em outro trabalho, inédito.

REFERÊNCIAS

- ALEJADRO, José M. de. *Gnoselogía de la certeza*. Madrid: Gredos, 1965.
- ALVES, Rubem. *Filosofia da Ciência*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BERKOWITZ, Bruce D.; GOODMAN, Allan E. *Best truth: intelligence in the information age*. New Haven/London: Yale University Press, 2000.
- BRONOWSKI, Jacob. *O senso comum da ciência*. São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1977.
- BRUCE, James B. Making analysis more reliable: why epistemology matters to intelligence. In: GEORGE, Roger; BRUCE, James B. (ed.). *Analyzing Intelligence*. Second edition. Washington (DC): Georgetown University Press, 2014.
- CLARET, Martin (org). *A essência da Intuição*. São Paulo: Martin Claret. 1997.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da guerra: a arte da estratégia*. São Paulo: Tahyu, 2005.

- COMTE, Augusto. *Discurso sobre o espírito positivo*. São Paulo: Globo/EDUSP, 1976.
- CRUZ, Anna. Saberes tradicionais e atividade de inteligência: a contribuição do Programa Nacional de Proteção do Conhecimento Sensível. *Revista Brasileira de Inteligência*. Brasília: Abin, n. 7, jul. 2012.
- DEMO, Pedro. *Certeza da incerteza: ambivalências do conhecimento e da vida*. Brasília: Plano, 2000.
- DESCARTES, René. *Discurso sobre o método*. São Paulo: Hemus, 1972.
- EPSTEIN, Isaac. *Teoria da informação*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- FEARN, Nicholas. *Aprendendo a filosofar em 25 lições*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FICHTE, Johann Gottlieb. *A doutrina da ciência de 1794 e outros escritos*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- FREIRE-MAIA, Newton. *A ciência por dentro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- HEGENBERG, Leônidas. *Explicações científicas*. Introdução à filosofia da ciência. São Paulo: Herder/USP, 1968.
- HOLT, Pat M. *Secret Intelligence and public policy. A dilemma of democracy*. Washington (DC): CQ Press, 1994.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. 12. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- LENTIN, Jean-Pierre. *Penso, logo me engano*. Breve história do besteiro científico. 4. ed. São Paulo: Atica, 1997.
- LOWENTHAL, Mark M. *Intelligence*. 6. ed. Washington (DC): Sage/CQPress, 2015.
- LUZ, Madel Therezinha. *Natural, racional, social*. Razão médica e racionalidade científica moderna. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MARTIN, Alain Paul. *Harnessing de power of Intelligence, Counterintelligence & surprise events*. US/Can: Executive.org., 2002.
- MEDAWAR, Peter Brian. *Conselho a um jovem cientista*. Brasília: UnB, 1982.
- MILL, John Stuart. *Sobre a liberdade*. Petrópolis: vozes, 1991.
- MORA, José Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.
- MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. 2. ed. São

Paulo: Fundação Petrópolis, 2000.

PATRÍCIO, Josemária da Silva. Os fundamentos do conhecimento de inteligência. *Revista Brasileira de Inteligência*. Brasília: Abin, n. 5, out. 2009.

PENNA, Antônio Gomes. *Cognitivismo, consciência e comportamento político*. São Paulo: Editora Vértice, 1986.

PIAGET, Jean. Sabedoria e ilusões da filosofia. *In: A epistemologia genética [...]*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Porto Alegre: L&PM, 2009.

POPPER, Karl Raimund. *A lógica da pesquisa científica*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2013a.

POPPER, Karl Raimund. *Os dois problemas fundamentais da teoria do conhecimento*. São Paulo: UNESP, 2013b.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. 22. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROSITO, Guilherme Augusto. Abordagem fenomenológica e metodologia de produção de conhecimentos. *Revista Brasileira de Inteligência*. Brasília: Abin, v. 2, n. 3, set. 2006.

RUDNER, Richard S. *Filosofia da ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

TURNER, Michael A. *Why secret Intelligence fails*. Dulles (Virginia): Totomac Books, 2005.

VELASCO, Fernando; NAVARRO, Diego; ARCOS, Rubén (ed.). *La inteligencia como disciplina científica*. Madrid: Plaza y Valdes /Ministerio de Defensa, 2008.

VICENTINI, Max Rogério. *Como percebemos o mundo que nos cerca?* Bauru: EDUSC, 1999.

ZUBIRI, Xavier. *Inteligência e razão*. São Paulo: Realizações Editora, 2011.

EPISTEMOLOGIA E GNOSEOLOGIA DE INTELIGÊNCIA

Artigo recebido em 31/07/2020

Aprovado em 30/09/2020